

(9A) (03/12;02/12/2014)

Assunto: Manifesto

TI e TICs E INTERNET no contexto brasileiro do Desenvolvimento

Informática Pública é central para Desenvolvimento

A Informática desde a década de 1960 teve relevância para o desenvolvimento do país. Quando a crise cambial colocou por terra o “milagre brasileiro”, o controle das importações de computadores criou a oportunidade para a criação do setor industrial que protegido pela “reserva de mercado” foi o carro chefe para criação e para o crescimento do setor de Informática.

Este ciclo já descendente em razão da forte oposição que reuniu os interesses estrangeiros e vários segmentos nacionais com “motivações” diversas mas que tinham em comum usar o argumento “burro” de que a “reserva de mercado” era uma imposição autoritária, incompatível com a etapa de “redemocratização” do país, foi encerrado com a “abertura” da economia no governo Collor.

Nas Telecomunicações, a liderança da Telebrás, utilizando-se do seu monopólio de maneira eficaz, também conduziu a um crescimento robusto do setor industrial, da pesquisa e da universidade e do mercado de trabalho até a privatização do setor. E nas duas décadas de existência desses dois modelos, ambos os setores – Informática e Telecom -, em função da convergência tecnológica acelerada desenvolveram uma integração crescente e o impacto das duas crises terminais foi especialmente desastroso para ambos e mais ainda levou ao processo de “decadência tecnológica” das empresas de capital brasileiro que parece já estar fora de controle.

Na Informática, depois que o hardware “fracassou” como locomotiva é que a alternativa de produção e de serviços de software começou a ser cogitada como novo centro para o setor de TI e TICs e Internet que já estava fortemente integrado, mas cada vez mais dividido e controlado por interesses sem vínculos com um projeto nacional de desenvolvimento.

Este novo cenário centrado exclusivamente no software não demonstrou até agora viabilidade e não teve ainda capacidade para promover nem mesmo pequenos ciclos de crescimento dos negócios. E já temos duas décadas desde a Lei de Software e as condições projetadas para que fosse eficaz mudaram radicalmente num sentido oposto a essas projeções.

Foi neste contexto que o PT desenvolveu algumas das suas experiências de Políticas para a TI E TICs E INTERNET nas Prefeituras e em Estados, a partir de 1989, e é neste contexto que o Governo Federal desde 2003 – primeiro Governo Lula – desenvolveu diversas ações positivas, que mesmo limitadas, pois faltava, como ainda falta, explicitar a ESTRATÉGIA PARA TI E TICs E INTERNET NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL, foram conformadas por ideias-força que o PT foi compartilhando com segmentos e movimentos sociais, e agentes econômicos que constroem a alternativa de desenvolvimento para o País, integrando e extraindo sinergia das ações e dos recursos de que o País dispõe.

A primeira ideia-força é o software entendido como um Bem Público. Um bem que deve estar disponível, com seu uso isento de barreiras e cujo desenvolvimento deve ser apoiado também com recursos públicos. É desta ideia-força principal que deriva a opção por tecnologias livres, especialmente pelo software livre, e é nela que está ancorado o ambiente de negócio do Software Público.

A segunda ideia-força é a de espaços público para a Comunicação e a Informação. Espaços públicos

onde estas estarão sendo criadas, fluirão e estarão contribuindo para enriquecer o patrimônio comum. É nesta ideia-força que se apoiam as iniciativas da Inclusão Digital e para democratizar o acesso aos meios técnicos para suporte dos processos das informações básicas para a “vida” cultural, social e econômica.

A terceira ideia-força é a de um governo eficaz, aberto à participação, ao compartilhamento, à cooperação e à colaboração. Esta ideia está nas iniciativas mais efetivas de Governo Eletrônico e de maneira exemplar na opção pelo Software Público, onde o software, originalmente estatal e governamental, é transformado em software para toda a sociedade.

A quarta ideia-força é a de TI E TICs E INTERNET sendo um instrumento direto de desenvolvimento material e de desenvolvimento humano. O SBTVD e o Programa 'Computador para Todos' são expressões dessa ideia, e as duas ações mesmo com as contradições e indefinições naturais em experiências complexas geraram acúmulo técnico e político para avaliar a contribuição nem sempre positiva da tecnologia para o desenvolvimento.

A quinta ideia-força é a efetivação plena do Direito à Comunicação e do Direito à Informação. Nessa ideia residem dois desafios monumentais, o maior deles é Construção e Governo do Meio Técnico-Científico-Informacional da "Globalização", no qual a "implantação" da Internet e a disputa planetária pelo seu "governo" e pela sua "exploração" se revelam como o aspecto mais crucial e visível.

No Brasil essa ideia-força está imersa numa grande efervescência "institucional" - "Habeas Data", FNDC, CGI.BR, CONFECOM, Comissão da Verdade, Lei do Acesso à Informação, "Projeto dos Trabalhadores e Trabalhadoras de TI", Marco Regulatório da Comunicação, Marco Civil da Internet no Brasil, "AI-5 Digital", Portal da Transparência, PNBL, Acessibilidade, e-PING, MGD, ... - com disputas políticas multifacetadas e fragmentadas, onde os interesses são "cambiantes" devido a fragilidade conceitual e deficiência propositiva nesse debate e nas formulações para o Desenvolvimento que o "subsidiem". Toda essa "turbulência" confunde e paralisa um protagonismo estratégico do Brasil, pois além disso, também, as instâncias "legislativas" e de "governo" desse meio globalizado são "pouco sensíveis" às "reivindicações e propostas" originadas em "sítios das periferias", e este é o nosso estado, já que o Brasil como o Brasil.

Estas cinco ideias-força especialmente na falta da estratégia já referida permitem uma síntese poderosa e um centro estável para definir as diretrizes e ações de Políticas Públicas de TI E TICs E INTERNET de caráter diferenciado com a marca do desenvolvimento. Essas cinco ideias-força conformam um programa que permite a crítica ampla e profunda de diretrizes e ações efetivadas, possibilitando que sejam ordenadas, reforçadas e revisadas as diretrizes e ações atuais e que sejam propostas novas ações e novos instrumentos de coordenação mais sólidos e mais efetivos.

Software Livre é central para a Informática Pública

Projeto de Software Livre foi a denominação escolhida para a ação pedagógica de divulgação da alternativa do Software Livre que é o contraponto à política de monopólio que se instalou no provimento de software desde o advento da micro informática.

No advento da micro informática o usuário comum, isto é, sem capacidade técnica para "desenvolver" software – nessa fase histórica inicial, o conjunto dos aplicativos para "automação" de escritório – não viu nenhum problema em pagar "licenças" para dispor desses aplicativos, que não sabia "desenvolver" e muito menos se encarregar da sua "manutenção/ evolução".

O modelo de "licenciamento" rapidamente se constituiu numa "mina de dinheiro" para "empresas

de tecnologia" que se especializaram em "desenvolver" software "standartizado" para hardwares que ainda não estavam "standards", e que por força da própria expansão "explosiva" da Informática, também se tornariam "standards" – os tão "celebrados" "padrões abertos" da indústria – mas nem por isso seriam alforriados da "exploração desenfreada" das "empresas de tecnologia.

O avanço do processamento distribuído com as redes de "micro computadores" integradas nos ambientes de "grandes computadores" – "main frames" – promovendo a extinção dos "terminais burros" e criando um ambiente computacional que potencializa sua utilidade, desde a computação pessoal "doméstica" até a computação estratégica para o negócio, fez com que o "modelo de licenças" avançasse para dominar também o ambiente corporativo – licenças baseadas em número de usuários multiplicaram as receitas dos provedores de software e causaram a "ruína" dos usuários.

ESSA "RUÍNA" SE ESTENDEU ESPECIALMENTE AOS GOVERNOS COM AS POLÍTICAS DE CONTRATAÇÃO ADOADAS NO BRASIL – os governos estão impedidos por imposição de um Direito Administrativo "empilhado" - arcaico e anti-estatal - de fazer a parceria [estratégica] com seus "fornecedores", que deveriam ser exclusivamente os técnicos e as indústrias nacionais e, assim, independentemente dos mecanismos que vão utilizar sempre serão "roubados", pois são obrigados a comprar produtos e serviços de que necessitam pelos preços "máximos" muito próximos dos "preços de lista", os mais caros, que são "referência" apenas para o comércio com compradores economicamente "inexpressivos". O Estado Brasileiro – todos os governos no Brasil - apesar de seu formidável "poder de compra", por artes desse Direito Administrativo "empilhado", se vê reduzido à total "irrelevância" econômica, no que tange ao desenvolvimento do macrossetor de TI E TICs E INTERNET BRASILEIRAS.

Em 1999 quando o PT assumiu o governo do RS, a crise era bastante séria, pois o governo federal estava quebrado – FHC culpava a "conjuntura internacional" pelos problemas internos, argumento que sempre é usado na periferia e no Brasil, que "não foge" a essa regra – por demonstrar falta de competência e interesse em efetivar soluções para o nosso desenvolvimento. Os governos estaduais e municipais não estavam imunes a esse quadro de "miséria" e o software livre surgiu como uma possibilidade para dar continuidade à informatização apoiada na micro informática cujo custo das licenças de software que eram continuados – custeio - já ultrapassava o custo do hardware – investimento.

E o Projeto do SL teve como mote FAZER INFORMÁTICA MASSIVA BARATA já que o Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, tinha e ainda tem a PROCERGS - empresa estadual de informática muito bem estruturada e valorizadíssima – que havia sido preservada como empresa do Estado do Rio Grande do Sul com uma grande luta no ano de 1998. Essa luta colocou de um lado o Governo Britto e de outro o Sindppd-RS e o PT – na Prefeitura de Porto Alegre. Sindppd-RS e PT foram vitoriosos e impediram a "venda" da PROCERGS. Se a PROCERGS tivesse sido vendida, hoje, a empresa seria parte de uma das "orquestras" – Núvens – que "regem" a Internet mundial. E mesmo sendo afastada temporariamente a ameaça grave da privatização era sabido que a autonomia tecnológica da Procergs era central para mantê-la como uma empresa com sinergia para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e do Brasil. O Software Livre entra aí como uma alternativa segura de "desenvolvimento" e autonomia tecnológica porque por "não transferir riqueza acumulada no software" para "usurpadores" funciona como vacina contra a ganância dos interesses privatistas. Além disso o "desenvolvimento" e a autonomia tecnológica reforça a PROCERGS como empresa superintensiva em Trabalho, e esse tipo de empresa não é "nada" funcional para a acumulação do Capital.

Mas o tempo passou e ainda que as questões estruturais tenham permanecido, a conjuntura em 2014 é bastante diferente daquela de 1999 e por isso essa estratégia precisa ser atualizada para as novas circunstâncias.

FAZER INFORMÁTICA MASSIVA "MAIS BARATA" já é também a "estratégia" propagandeada por todo o "universo" dos "provedores de serviços web" – nas Núvens os provedores especializados dos períodos anteriores estão "amalgamados" em negócios de provimentos cujos perfis não guardam mais uma relação "direta" com as especializações técnicas demandadas - e, portanto, a adoção tópica, pura e simples de "algum" SL não é suficiente para assegurar nada.

Urge recuperar a integralidade do conceito da INFORMÁTICA PÚBLICA das cinco ideias força como polo contrário da Informática Privada das corporações do Software Proprietário e dessa forma explicitar o conteúdo estratégico do PSL-DF como espaço para efetivar essa INFORMÁTICA PÚBLICA ABSOLUTAMENTE ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO.

Esse programa é adotado na integralidade pelo PSL-DF - Projeto de Software Livre do Distrito Federal e dos municípios do seu Entorno - e os entes e agentes participantes e as suas respectivas ações objetivam enriquecer e efetivar esse programa.

Brasília, xx de dezembro de 2014